

Especialistas têm críticas à proposta do governo federal

por Tânia Nogueira Álvares
de São Paulo

O projeto de lei para o ensino profissionalizante proposto pelo governo é viável hoje para o Brasil? A questão é levantada por diferentes segmentos envolvidos com o ensino técnico, dos que já passaram por ele aos que lecionam nas escolas existentes. A preocupação maior é com a desvinculação do ensino profissionalizante dos cursos de 2º grau, o que, na prática, acabaria com esse tipo de aprendizado.

O técnico em edificações Wilson Wanderlei Vieira, hoje presidente da Federação Nacional dos Técnicos Industriais, usa sua experiência para justificar a posição contrária da entidade. Filho de pedreiro, teve de trabalhar para estudar e o curso profissionalizante possibilitou que entrasse no mercado de trabalho qualificado antes dos 18 anos.

Ele acredita que, como ele, boa parte da população jovem brasileira é pressionada para disputar o mais rapidamente possível uma vaga nas empresas. Uma questão de sobrevivência que explica, inclusive, as elevadas taxas de evasão escolar no 2º grau, seja técnico ou não.

Em sua opinião, a forma proposta pelo anteprojeto pode formar um aluno mais generalista, mas com pouco conhecimento das disciplinas básicas para o ensino técnico, como matemática e física, entre outras.

Sua visão é compartilhada pelo diretor de recursos humanos da Volkswagen, Fernando Tadeu Perez, que acredita que é necessário maior ênfase na formação técnica. "O projeto do governo é o ideal em termos de formação do trabalhador. Mas temos dinheiro e tempo para isso?"

Mas o País precisa hoje de mais técnicos qualificados, diz Perez. A Volkswagen foi a pioneira na instalação de uma escola do Senai dentro da fábrica e, no ano passado, investiu US\$ 6,49 milhões em 1,2 milhão de horas de treinamento para 156,7 mil funcionários.

Para Francisco Gayego Filho, diretor-geral da Escola Técnica Federal de São Paulo, fundada há 86 anos, o ensino profissionalizante tem conseguido acompanhar os no-

vos desafios do mercado de trabalho e não procede a imagem do técnico que só sabe responder por algumas funções de sua área.

Sua preocupação em relação ao novo projeto refere-se ao aumento da carga horária da parte acadêmica para 2.400 horas. Hoje, o curso integrado da Federal é feito em quatro anos, com carga anual de 1.560 horas da parte acadêmica e 1.800 horas na parte profissionalizante, o que totaliza 3.360 horas, ministradas em tempo integral. Pa-

ra os que já possuem o 2º grau, há um curso noturno profissionalizante que pode ser feito em dois anos.

Gayego ressalta que o técnico formado pela Federal é um profissional valorizado e de ingresso rápido no mercado de trabalho. O vestibular para as 920 vagas da escola foi bastante disputado: o curso de processamento de dados chegou a registrar uma re-

lação de 51,07 candidatos para cada uma de suas 120 vagas.

O diretor da Federal afirma que a proposta do governo é boa, mas vai exigir um tempo de transição, de aproximadamente três anos. Sua dúvida é se a escola terá condições de manter o curso integrado ou se será obrigada a implantar apenas o curso regular e manter o curso profissionalizante como complementar.

Para o secretário da Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, Emerson Kapaz, é preciso dar ao ensino técnico uma dinâmica de parceria empresarial, levantando vocações regionais e as demandas das empresas. A rede de escolas públicas estaduais, reunidas no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, conta com 110 escolas técnicas, técnicas agrícolas e faculdades, que abrigam 70 mil alunos e 6 mil professores.

É uma estrutura, no entanto, que está subaproveitada, diz Kapaz. "O uso político do ensino técnico e o corporativismo criaram problemas como a existência de baixíssima demanda, o que influencia no custo do aluno, que varia de R\$ 400 a R\$ 4 mil." O orçamento da escola técnica estadual para este ano é de R\$ 150 milhões. ■



Emerson Kapaz